

SIMPÓSIO AT008

O preconceito linguístico proveniente das instituições Globo: Uma visão positivista e superada de abordagem linguística

CARDOZO, Guilherme

Professor Adjunto da Associação Carioca de Ensino Superior (UNICARIOCA)

Professor Auxiliar da Universidade Estácio de Sá (UNESA)

guilhermegoldenstein@gmail.com

Resumo: O preconceito linguístico sempre foi um fato dentro da sociedade brasileira, sobretudo nos meios mais positivistas. O objeto deste trabalho é a análise das vozes que emergem do discurso de uma das instituições mais conservadoras no âmbito da imprensa escrita brasileira, o jornal O Globo, no que concerne ao tratamento do preconceito linguístico dentro do âmbito escolar. Veremos os conceitos de enquadre e alinhamento dentro das reportagens do jornal, o qual combate incisivamente o livro didático adotado pelo MEC em 2011, *Por uma vida melhor*, onde noções como *adequado* e *inadequado* substituem os chavões *certo* e *errado* dentro do ensino de língua portuguesa nas escolas. Localizar a posição desta instituição na questão supracitada através de seu discurso jornalístico é uma das metas que circunscreve nossa pesquisa do início ao fim, fazendo emergir, outra feita, a polêmica sobre como ensinar língua portuguesa nas escolas.

Palavras-chave: preconceito linguístico; variação; alinhamento; enquadre; m.

Abstract: Linguistic prejudice has always been a fact within Brazilian society, mainly in positivist-oriented environments. The object of this work is the analysis of the voices that emerge from the discourse of one of the most conservative institutions in written Brazilian press, O Globo newspaper, concerning linguistic prejudice inside schools. We will see the concepts of *frame* and *alignment* within newspaper articles that

strongly fight the didactic book adopted by MEC in 2011, *Por uma vida melhor*, in which appropriate and inappropriate substitute clichés such as right and wrong within the realm of Portuguese Language Education. One of our goals is to situate this institution's position on the matter through its journalistic discourse, circumscribing our research from start to finish, which leads to the emergency, once again, of the polemic about how to teach Portuguese Language inside schools.

Keywords: Linguistic prejudice; variation; alignment; frame; media.

1. Introdução

O presente trabalho apresenta um estudo de caso sobre as vozes que emergem do discurso escrito de reportagens do jornal O Globo acerca do tema variação na concordância na língua falada, abordada pelo livro didático *Por uma vida melhor*, da Coleção *Viver, Aprender*, em cujo compêndio há uma página que trata da variante popular da língua como uma variante aceitável e correta, de acordo com os contextos onde forem expressas. As reportagens sob análise são de cunhos informativo e argumentativo, através dos quais procuraremos analisar a voz da instituição que as veicula, e como a questão do preconceito lingüístico pode ser analisada.

O material escolhido para abordagem pelo presente se deve à especificidade do meio de comunicação em destaque e o seu público alvo, composto por membros de uma sociedade mais elitista e conservadora. Conforme veremos no decorrer do trabalho, o tema *preconceito lingüístico*, levantado pelo exemplar de Heloísa Ramos e mais treze autores, causará, especificamente nessa mídia em relevo, uma tomada de posição pontual, a qual buscará justificar os valores prováveis daqueles com os quais o jornal dialoga.

Acerca do tema, principalmente no que concerne ao preconceito lingüístico, possuímos já acervo significativo, como *Português ou Brasileiro: um convite à pesquisa*, de Marcos Bagno, *Ensino de Gramática: descrição e uso*, de Silvia Rodrigues e Silvia Brandão, e no que atine especialmente ao olhar da mídia quanto à variação da língua, temos o trabalho de Marta Scherre, *Doa-se lindos filhotes de Poodle: variação*

lingüística, mídia e preconceito, dentro do qual há uma abordagem profícua feita pela autora de como os meios de comunicação, como o jornal Correio Braziliense, tratam das variantes orais da língua portuguesa. No que diz respeito a enquadre (cf. Goffman, 1974; Tannen & Wallat, *apud* Ribeiro & Garcez, 1988) e alinhamento do discurso (Goffman, 1981), destaco o trabalho de Amitza Torres Vieira, *Movimentos argumentativos em uma entrevista televisiva: uma abordagem discursivo-interacional*, e o de Shi-xu, *Opinion Discourse: Investigating the paradoxal nature of the text and talk of opinions*, todos igualmente importantes para o desenvolvimento deste trabalho.

A fundamentação teórica deste estudo é tanto de base variacionista (cf. Weinreich, Labov, Herzog, 1968), por meio da qual tomaremos as variabilidades lingüísticas como características inequívocas de qualquer língua natural, sendo esta vista conforme uma estrutura heterogênea e variável, bem como de base interacional (cf. Schiffrin, 1987, 1994), alicerçando-se nos conceitos supramencionados de enquadre e alinhamento, com o objetivo de desenvolver um modelo argumentativo o qual se aplicará nos dados aqui tratados.

Algumas questões norteiam este trabalho: (i) quais estratégias argumentativas são utilizadas pelo jornal, a fim de que fique clara sua postura quanto ao tema preconceito lingüístico? (ii) como as identidades sociais e institucionais dos jornalistas/colunistas emergem no discurso escrito? (iii) de que forma a questão social pode ser vista no discurso do jornal? (iv) há outras questões veladas por trás desse discurso?

O objetivo do nosso trabalho é identificar e analisar de que forma as reportagens e artigos do jornal O Globo movimentam sua argumentação, e, para tal, será de suma importância para nós as noções de variações lingüísticas dentro de uma língua natural (Weinreich, Labov, Herzog, 1968), e as concepções de enquadre (cf. Goffman, 1974; Tannen & Wallat, *apud* Ribeiro & Garcez, 1988) e alinhamento (Goffman, 1981). Ainda, a fim de buscar respostas às questões supracitadas, basear-nos-emos nos componentes da argumentação – posição, disputa e sustentação (Schiffrin, 1987).

Nas próximas páginas, traremos dos fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa, da abordagem da Sociolingüística e seus principais conceitos, da metodologia da pesquisa, e, por fim, faremos a análise e discussão dos dados, os quais nos remeterão a velhas certezas, ainda muito combatidas, e a novas descobertas, que, assim esperamos, darão a luz necessária ao presente trabalho.

2. Fundamentos Teóricos e Metodológicos

Nesta parte de nosso trabalho, apresentaremos os principais conceitos teóricos os quais deram base à nossa pesquisa. Primeiramente, trataremos, utilizando como suporte a teoria variacionista, do tema preconceito lingüístico em decorrência das variações da língua, bem como alguns trabalhos importantes para a compreensão deste fenômeno, motivo pelo qual fez gerar a polêmica em torno do livro didático mencionado em nossa introdução, o qual será retomado nos capítulos que nos seguirão. Logo após, apresentaremos as noções de enquadre e, em seguida, algumas questões relativas à argumentação interacional.

2.1. Abordagem da Sociolingüística Variacionista e conceitos principais

Partindo-se do princípio de que mudança e variação constituem características básicas e evidentes de qualquer língua natural, a Sociolingüística Variacionista tem como principal objetivo a compreensão de como as transformações se dão nos sistemas lingüísticos e como essas mudanças podem ser relacionadas a processos variáveis sincrônicos, nos quais fatores lingüísticos e sociais estão estritamente interligados (WLH, 1968). Para esse modelo teórico-metodológico, a heterogeneidade ordenada é natural e inerente a todo sistema lingüístico efetivamente usado em situações reais de interação.

Sobre a teoria de variação e mudança (WLH, 1968), podemos nos fixar a duas, as quais considero mais práticas para este estudo: as variações diastráticas e diafásicas. A primeira, que constitui um dos tipos de variação lingüística a que os falantes são submetidos, consiste nas diferenças entre os estratos socioculturais (nível culto, nível popular, língua padrão), ou seja, nas variações que acontecem de um grupo

social para outro. Relaciona-se a um conjunto de fatores que têm a ver com a identidade dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade de fala. Assim, é possível apontar alguns fatores relacionados às variações de natureza social, tais como classe social – mais propícia à análise do alinhamento dos sujeitos da pesquisa deste trabalho –, idade ou sexo.

A segunda é a variação relacionada com a diferente situação de comunicação, com atores de natureza pragmática e discursiva: em função do contexto, um falante varia o seu registro de língua, adaptando-o às circunstâncias. O idioleto é a maneira própria de cada falante usar a língua: o uso preferencial de determinadas palavras ou construções frásicas, o valor semântico dado a um ou outro termo, etc. Há tantos idioletos quantos os falantes.

A variação constitui fenômeno universal e pressupõe a existência de formas linguísticas alternativas denominadas *variantes* (William Labov, 1972), e, como vimos nos parágrafos acima, essas podem ser de natureza social ou situacional. Algumas obras, tais quais *Origens do Português Brasileiro*, de Naro & Scherre, em seus dois primeiros capítulos, “Sobre as origens do português popular do Brasil” e “Concordância variável em português: a situação no Brasil e em Portugal”, expõem, além da origem de nossa língua e da deriva inerente à língua portuguesa europeia que ela seguiu, principalmente no que atine às concordâncias, dados quantitativos¹ que nos mostram que, tanto falantes escolarizados, quanto falantes com menos instrução, assim como analfabetos, abdicam, com frequência, do uso da desinência plural, seja em nomes, seja em verbos (anexo 1). Nas pesquisas de Dante Lucchesi², no capítulo “A concordância nominal em estruturas passivas e no predicativo do sujeito em comunidades rurais isoladas afro-brasileiras no contexto da história sociolingüística do Brasil”, do livro *Anthony Julius Naro e a Lingüística no Brasil*, em sua pesquisa na comunidade de Helvécia, na Bahia, já veremos que a maioria das variações em

¹ Dados de 48 falantes adultos do Rio de Janeiro [parte do *Corpus Censo* da década de 80, do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)].

² Nas pesquisas de Dante Lucchesi acerca de variações nas concordâncias de plural na língua oral dos moradores da comunidade em estudo, ele constatará que a frequência do uso da marca de plural é quase nula.

concordâncias nominais se dá em comunidades isoladas, mais pobres, onde o contato com a língua padrão não foi usual (anexo 2). Nas pesquisas de Naro & Scherre, são ratificadas as teorias de Labov, no concernente à inerência das variações na língua viva, sejam essas variações diastráticas ou diafásicas, haja vista que elas ocorrem em todas as classes sociais. Em um gráfico elaborado por Scherre, no livro *Ensino de Gramática: descrição e uso*, de Silvia Rodrigues e Silvia Brandão, podemos ver que, em algumas posições que o núcleo assume dentro do sintagma nominal, é a classe mais escolarizada que menos se utiliza da marca de plural (anexo 3).

Portanto, o domínio de estruturas heterogêneas é parte da competência lingüística dos falantes. A língua é concebida como um sistema inerentemente heterogêneo e variável, que serve de meio de comunicação entre os falantes de uma comunidade e que no qual atuam constantemente forças lingüísticas e sociais, conforme os estudos da Sociolingüística Variacionista (WLH, 1968, p. 100-101; LABOV, 1972).

2.1.1. Noção de enquadre e alinhamento

O conceito de enquadre está associado à organização da experiência: enquadres afetam a forma como interpretamos, lembramos e categorizamos aquilo que conhecemos, bem como o que dizemos, como tencionamos dizê-lo, a maneira como o outro percebe o que é dito, e como co-construímos atos lingüísticos ou de outra natureza (Bateson, [1972] 2002; Goffman, 1974; Tannen & Wallat, [1987] 2002). Como aqui não abordaremos uma interação propriamente dita, ou seja, uma interação face a face, tentaremos levar esses conceitos de enquadre, e, conseqüentemente, de alinhamento, para a esfera da interação indireta.

Segundo Goffman (1974), não há atividade fora de um enquadre. Ele distingue o termo dentro de uma abordagem sociológica. A noção de enquadre para Goffman faz referência à percepção de qual atividade é encenada em um dado momento da interação, de qual sentido os falantes dão ao que dizem. Antes de se entender qualquer elocução, deve-se alcançar o que ela quer dizer, qual jogo está sendo jogado, “o que está acontecendo aqui” (Goffman, 1974). Isso é percebido a partir do modo

como os participantes se comportam na interação. Os enquadres, então, emergem de interações verbais e não verbais – esta nos interessa mais para a análise dos recortes de jornal – e são por elas constituídos.

Vista como um incremento do conceito de enquadre, a noção de alinhamento, para Goffman ([1979] 2002), representa a projeção do eu, assumida pelo interlocutor na relação com o outro, e, para os termos deste trabalho, a projeção do escritor em relação a seu leitor, consigo próprio, com a instituição que ele representa através de sua produção textual e com o discurso em construção. Os alinhamentos expressam a maneira como a produção e a recepção de uma elocução em um encontro social, direto ou indireto, são gerenciadas.

2.2. Metodologia de pesquisa

Neste capítulo será apresentado o alicerce metodológico desta pesquisa. Também apresentaremos subsídios contextuais acerca dos elementos aqui sopesados, a fim de oferecer um melhor entendimento dos dados analisados neste trabalho.

A pesquisa é de base qualitativa e interpretativa, cujo *corpus* pode ser consultado, na íntegra, nos anexos ao fim deste. Cabe aqui ressaltar que os dados em análise constituem um estudo de caso, no qual abordaremos os conceitos já delineados nos tópicos anteriores.

2.2.1 Informações contextuais acerca dos textos em estudo

Nas últimas semanas, mais precisamente no mês de maio, presenciamos um embate ideológico entre Mídia e MEC, desta feita, em torno de trechos do livro *Por uma vida melhor*, da Coleção *Viver, Aprender*, o qual foi distribuído a cerca de quatrocentos e oitenta e cinco mil estudantes jovens e adultos do país, sob a alegação de que o “MEC distribui livro que aceita erros de português” – transcrevo aqui *ipsis litteris* a manchete da página 9 do Jornal O Globo, edição de 14 de maio de 2011.

Dentro do material didático, mais explicitamente na página 15 (anexo 4), há algumas observações que desencadearam nos meios de comunicação em geral uma interessante discussão em torno da aceitabilidade ou não das variantes menos

prestigiadas em sala de aula, e como essa aceitação poderia influenciar na questão do preconceito lingüístico. Desde a adoção do livro em voga pelo MEC, começa então uma série de publicações a respeito do tema, as primeiras de cunho informativo, levemente irrigadas com tomadas individuais de posição. Em seguida, o tema é retomado em várias edições de forma opinativa, expondo argumentos e posições claramente conservadoras, o que nos remete de certa forma à posição da própria instituição.

2.2.2. Os componentes da argumentação

Conforme já mencionado no penúltimo parágrafo da introdução deste trabalho, para analisarmos os movimentos argumentativos dos textos integrantes de nossa pesquisa, utilizaremos como ponto de partida a definição de argumentação de Schiffrin, cuja discussão engloba as três partes centrais que compõem o evento argumentativo, quais sejam, posição, disputa e sustentação. Quanto ao primeiro, reconhecendo o contexto anteriormente mencionado e a prévia no segundo parágrafo da introdução, através do que identificamos o jornal em análise como sendo de envergadura conservadora e elitista, não nos é tão prolixa a conclusão inicial. No concernente à disputa, importante é localizá-la no contexto das reportagens, crônicas e opiniões, como sendo uma réplica a uma postura política adotada pelo Ministério da Educação, quando da adoção do livro em suma. É dessa forma que veremos o terceiro elemento, a sustentação do evento argumentativo, como um artefato quase cristalizado na interação indireta, haja vista não haver a interação face a face, momento em que é possível uma reconstrução imediata do posicionamento, e uma mudança do alinhamento.

Nos textos os quais estudaremos em nossa análise dos dados, veremos que, embora o exemplar ofereça o direito de resposta e de opiniões contrárias às veiculadas pelo próprio, o enquadre não mudará, e os três elementos do evento argumentativo servirão de estratégias conativas, a fim de alinhar definitivamente o leitor ao seu molde.

3. Análise e discussão dos dados

Neste capítulo, analisaremos e discutiremos os dados de nossa pesquisa, a começar pelo livro didático *Por uma vida melhor*, adotado pelo MEC, e em seguida faremos um estudo, baseados em nossa fundamentação teórica, das notícias e crônicas veiculadas pelo O Globo, com objetivo de identificarmos as identidades e vozes que sobressaltam de suas linhas.

Observaremos que os discursos ali presentes não estão distribuídos aleatoriamente, eles respeitam uma hierarquia estabelecida pela divisão do próprio exemplar em cadernos. No caderno principal, a abordagem não será a mesma daquela presente no Segundo Caderno, assim como também diverge da apresentada no caderno de opiniões, o que demonstra o compromisso do jornal com sua tradicional natureza.

3.1. Uma abordagem sobre Preconceito Lingüístico

Como é por nós sabido, faz mais de quinze anos que o tema variação lingüística e seu tratamento em sala de aula é abordado nos livros didáticos de língua portuguesa disponíveis no mercado, avaliados e aprovados pelo Ministério da Educação. Desta feita, o material didático aqui em pesquisa tratou novamente sobre a questão, ocasião em que houve uma imediata resistência da mídia. Na já referida página 15, podemos ler o seguinte trecho: “Você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar ‘os livro’”? Claro que pode”, o qual causou certo frisson, mesmo em ambientes acadêmicos. Essa posição advinda da teoria variacionista não é, nem de longe, unanimidade, inclusive entre os docentes. Ciente disso, a autora do livro complementa o pensamento da seguinte forma: “Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito lingüístico**”. Nem mesmo a ressalva aliviou a crítica, os dados mais adiante analisados vão se ater tão-somente aos trechos do livro onde, segundo os críticos, há uma instigação ao “erro”. Cito aqui um exemplo dado pela autora de uma oração onde a concordância verbal funciona de forma diferente da concordância padrão: “Nós pega o peixe” (anexo 5), acerca do qual ela dirá que, apesar de não estar obedecida a regra da variedade padrão da língua, “quem ouve a frase sabe que há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe”.

O livro, apesar de opiniões em contrário, não trata sobre nada absurdo. Como já dito, a questão da variação lingüística é há muito abordada. A questão é que, desde os trabalhos que nos servem há décadas de base para os estudos atuais, até os que hoje são veiculados, nunca houve quem dissesse que deveríamos pôr abaixo a norma culta e levantar a bandeira da variedade desprestigiada. Muito pelo contrário: em Rosemblat³, por exemplo, vemos a defesa do ponto de vista de que é mais democrático e unificador fazer com que o falante domine também a variedade padrão, de prestígio, já que a língua, como qualquer instituição social, é regida por uma hierarquia de valores. Maria Helena de Moura Neves em seu livro *Que gramática estudar na escola?*⁴, discute a necessidade de se relativizar as dicotomias *língua falada x língua escrita, língua-padrão x língua não-padrão*, e enfatiza a necessidade de valorização dos usos lingüísticos, defendendo que a gramática da língua se efetiva no uso, nas situações interlocutivas, nas criações de textos. Entretanto, é no livro *Doa-se lindos filhotes de Poodle: variação lingüística, mídia e preconceito* que vemos exemplarmente essa luta contra o preconceito lingüístico de parte da mídia brasileira, e como a mesma é taxativa em julgar como *erro* elementos da variedade popular do português.

Cito aqui uma passagem do discurso de Celso Cunha⁵, em 1952, ao tomar posse na cadeira de Português, acerca da crise por que passava, já naquela época, o ensino de língua: “O que está a matar o estudo do idioma em nossas escolas é que todo o ensino se faz na base do certo e do errado, do que é e do que não é vernáculo [...] Evitem-se os erros, os erros verdadeiros. Mas para isso só há o remédio já preconizado por Jespersen: ‘Nada de listas e de regras, repita-se o bom muitas e muitas vezes’ [...]”.

Feito esse diálogo com outras obras, voltemos ao objeto da pesquisa, em cujo capítulo, denominado “A concordância entre as palavras”, a autora deixa clara a sua intenção de fazer com que seja compreendida pelo aluno a necessidade de que ele

³ Herman Rosemblat A. El critério de corrección lingüística.” Unidad o pluralidad de normas em el español de España y América, 1967

⁴ NEVES, Maria Helena de Moura. 2004. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa*. 2ª ed. – São Paulo: Contexto

⁵ Celso Ferreira da Cunha foi professor, gramático, filólogo e ensaísta brasileiro.

“domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala”, ou seja, o dever da escola ainda consiste em ensinar a variação culta da língua, todavia, que nunca deixe de respeitar e aceitar a linguagem que lhe é externa.

3.2. Análise do título das reportagens

Ainda sem entrar no mérito do conteúdo propriamente dito de nossos dados, façamos uma breve listagem de como são intituladas as matérias veiculadas pelo O Globo, acerca do tema aqui tratado:

- 1- Os ‘plural’ do MEC – capa de jornal (anexo 6)
- 2- MEC distribui livro que aceita erros de português – Caderno O País (anexo 7)
- 3- Discordância – Segundo Caderno (anexo 8)
- 4- ‘Nós num pega os peixe’ – Segundo Caderno (anexo 9)
- 5- ‘Pega os peixe, não os emprego’ – Caderno Opinião (anexo 10)
- 6- Desatino nas escolas – Caderno Opinião (anexo 11)

3.2.1. Movimentos argumentativos e funções da linguagem

No título 1, observamos um rompimento com o padrão formal que caracteriza o jornal O Globo. Ao que parece, a manchete foi uma maneira irônica de trazer ao leitor o tema da variação lingüística, tratado no livro *Por uma vida melhor*, por intermédio da sua voz. Conforme podemos ver no anexo 6, no texto que se segue após a manchete, há um movimento argumentativo no sentido de fazer com que o leitor entenda que o livro defende o uso da linguagem popular, “mesmo que com erros grosseiros”, em detrimento da norma culta. A partir daí, vemos o primeiro dos elementos elencados por Shiffrin (1987) como integrantes do evento argumentativo, a posição. O primeiro título é a chamada para o título 2, onde dentro do caderno O País a reportagem será um pouco melhor abordada. No entanto, apesar de no livro, assim como em outras publicações acerca do tema variação linguística, didáticas ou não, haver a transposição da dicotomia *certo x errado* para *adequado x inadequado*, a

manchete não cede a essa “posição sóciolingüística”, nomeando como “erros” as ocorrências sem a devida pluralização contidas no livro.

Cuidei de separar a análise dessas duas primeiras manchetes jornalísticas das outras simplesmente pelo fato de que são as únicas de cunho informativo. Segundo Roman Jakobson⁶, a função referencial também é chamada de denotativa, exatamente por estar centrada no referente, e não no destinador. Não obstante, apesar de em textos jornalísticos de cunho informativo estar presente, quase como regra, a função referencial, aquela que deve estar livre de expressividade e imperativos, percebemos que, de forma velada, há sintomas tanto da função expressiva, como da conativa, haja vista que através da voz que emerge da instituição, do seu enquadre, e da maneira como ela noticia os fatos, conduz o leitor a um alinhamento favorável à posição do enunciador.

3.2.2. Vozes que emergem do discurso

Na crônica de Arthur Dapieve, intitulada *Discordância*, faz-se mister que, mais do que a própria linguagem escrita, leiamos a linguagem imagética presente neste artigo da página 8 do jornal *O Globo*, edição de 20 de maio de 2011. Nela, o autor explora a imagem de um menino que opta pela expressão “nós pega os peixe”, pescando, ao invés de uma bela corvina, uma bota velha e rasgada, a qual simboliza, no presente caso, a pobreza e o insucesso. No artigo, o autor diz que, se considerarmos adequadas essas variantes populares, é como se tomássemos o sucesso do ex-presidente Lula como a norma na sociedade, e não como exceção. Através dessa comparação, a fim de tornar seu discurso contra o uso das variantes populares mais convincente, há a busca da hipertextualidade em um outro contexto: o político. Isso nos remete a uma das perguntas lançadas na introdução do trabalho, qual seja, há outras questões veladas por trás do discurso do jornal?

Acerca dessa e de outra pergunta trataremos agora, quando da análise do quarto título, ‘Nós num pega os peixe’, do cronista Joaquim Ferreira dos Santos. No

⁶ Pensador russo que se tornou um dos maiores lingüistas do século XX e pioneiro da análise estrutural da linguagem. Foi o criador das funções da linguagem.

decorrer do artigo, o autor deixa clara sua posição contrária à abordagem da variação lingüística em sala, pois considera que “não se falam essas coisas na frente das crianças”. Acerca do livro adotado pelo MEC, faz referências como “o livro que autoriza a garotada a chutar a gramática de bico (...)”, “até que chegou essa tentativa do MEC de reescrever o apocalipse”, “a perversão de que não há mais certo ou errado na língua, mas adequado e inadequado”, e “Ensinar compulsoriamente “nós pega os peixe”, como admite a nova cartilha lida na frente do quadro-negro, é mais pornográfico que (...)”, todas elas revestidas de posições explícitas. A outra pergunta a qual poderíamos abordar neste instante seria: como as identidades sociais e institucionais dos jornalistas/colunistas emergem no discurso escrito?

Conforme vimos nos títulos 1 e 2, por meio da maneira como conduzia o enunciado, através do enquadre contextual em que se encontra o jornal, e pelo alinhamento que assumiu desde a primeira vez que noticiou acerca do assunto, percebemos a posição tomada. Além disso, analisando as duas crônicas acima, observamos que há um debate entre os membros da mesma comunidade, e que cada um levanta argumentos de naturezas diferentes para defender o ponto de vista da instituição da qual fazem parte no momento em que escrevem. Essas identidades institucionais que emergem por meio das crônicas desses autores reforçam e sustentam o caráter conservador do jornal, indubitavelmente contrário a qualquer espécie de mudança que venha de baixo para cima.

Se existem questões veladas, que não as de cunho lingüístico, por trás do discurso dos textos, podemos apenas inferir, por conhecermos a natureza de O Globo. A menção ao ex-presidente Lula, feita por Arthur Dapieve, não foi de balde. É sabido que a preferência política da instituição em geral nunca foi pelo mencionado candidato, principalmente pelo que ele representava: exatamente a quebra de todos esses paradigmas normativos. A posição e a sustentação de sua opinião no concernente à inadequação do livro *Por uma vida melhor* nas escolas representa a linearidade de seu caráter elitista, e mostra o quão diretamente interessado é na estratificação lingüística. O alinhamento assumido pelos colunistas, inclui-se também Paulo Guedes, autor do artigo cujo título é ‘Pega os peixe, não os emprego’, onde

coloca a questão da variedade como um problema para o futuro profissional daqueles que não aderem à norma culta, é preponderante para que o jornal faça ouvida a sua voz, por intermédio de pequenas vozes reais, humanas.

Conforme Labov, a mutabilidade e a variabilidade são características básicas e inequívocas de qualquer língua natural (Weinreich, Labov, Herzog, 1968), sendo assim, as identidades social e institucional desses jornalistas/colunistas nunca se misturam, pois assim não correm o risco de se contradizerem. Como se pode inferir pelo que escreveu o cronista Joaquim Ferreira dos Santos, ao tratar das variações lingüísticas, principalmente daquelas decorrentes de contextos mais informais, é coisa somente para adultos. Na escola ali idealizada, jamais se deve conceber algo do gênero.

3.2.3. A voz da mídia

De acordo com os conceitos de enquadre (cf. Goffman, 1974; Tannen & Wallat, *apud* Ribeiro & Garcez, 1988) e alinhamento (Goffman, 1981), discutiremos o último artigo, objeto de nossa pesquisa, intitulado “Desatino nas escolas”, este representando a voz da instituição, conforme consta no espaço destinado ao autor do texto (Lê-se “Nossa Opinião”). Lembremos ainda uma vez que, em momento algum, a autora incitou que professores devessem ensinar a variedade popular. Até porque, convenhamos, ninguém precisa ensinar algo já sabido por todos. O que o livro propõe é que, para fins de evitar-se dentro de sala de aula o preconceito lingüístico, a escola não veja como errada a manifestação do aluno, mas como uma variedade outra, a qual deve ser respeitada, mas, em muitos contextos, substituída pela variedade padrão.

No artigo, podemos ler o seguinte: “Ao permitir na rede pública – base da formação educacional da grande maioria dos estudantes do país – a adoção de um livro que permite erros de português como parte do processo de aprendizagem, o MEC dá abrigo a uma perigosa contradição. Em nome de uma ideologia de proteção a “excluídos da sociedade”, o governo avaliza um projeto que, na prática, inviabiliza a inclusão”.

A partir desse trecho, podemos contemplar como o jornal trata da questão social em seu discurso. Para ele, a inclusão dos valores desprestigiados em setores

tradicionais da sociedade – como a escola – é inviável. A única maneira de haver uma inclusão real desses menos favorecidos na sociedade é através da língua padrão, ou seja, os valores das minorias são os valores que devem permear o ensino de língua, e é baseado nesse ponto de vista que o jornal constrói o seu discurso e seus movimentos argumentativos.

Dentro da análise e discussão feitas, percebemos que o preconceito lingüístico está intimamente atrelado ao fator social, onde aqueles que detêm o poder de manipular decisões, seja por meio da comunicação, seja através de políticas, não admitem mudança no enquadre. Ainda, que por trás do discurso anti-ideológico da instituição contra aqueles que combatem o preconceito lingüístico, há um outro de natureza política, tendo em vista que o partido que governa o país ainda é o mesmo que elegeu o ex-presidente Lula, o qual não é o preferido dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Por fim, analisamos que suas estratégias argumentativas são direcionadas ao seu público alvo recorrente, e não a um componente de uma comunidade discursiva fora de seu âmbito. Sendo assim, dialoga com seu leitor trabalhando seu argumento em cima dos valores arraigados naquela comunidade, que é a “comunidade modelo”, no que diz respeito a padrões sociais, políticos e lingüísticos.

4. Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo identificar e analisar os principais movimentos argumentativos utilizados pelos agentes jornalísticos das reportagens aqui estudadas, com fins de afirmarem seus posicionamentos no decorrer da polêmica iniciada com a adoção do livro didático mencionado. Vimos que o estudo do presente caso guiou-se pelos componentes da argumentação (Shiffrin, 1987), valendo-se dos conceitos de enquadre (cf. Goffman, 1974; Tannen & Wallat, *apud* Ribeiro & Garcez, 1988) e alinhamento (Goffman, 1981), dialogando com a teoria variacionista (WLH, 1968).

Concluiremos, assim, nosso trabalho retomando as perguntas levantadas em nossa introdução, com a finalidade de sintetizar os aspectos principais do mesmo:

- (i) Quais estratégias argumentativas são utilizadas pelo jornal, a fim de que fique clara sua postura quanto ao tema preconceito lingüístico?
- (ii) Como as identidades sociais e institucionais dos jornalistas/columnistas emergem no discurso escrito?
- (iii) De que forma a questão social pode ser vista no discurso do jornal?
- (iv) Há outras questões veladas por trás desse discurso?

Respondendo à primeira pergunta, vimos que o público alvo do jornal em destaque é pertencente a uma classe social mais privilegiada, sendo assim, as estratégias argumentativas utilizadas no discurso jornalístico vão ao encontro dos valores e crenças que aquela comunidade possui. A maioria absoluta dos seus leitores é composta por pessoas de alto grau de escolaridade, os quais dominam a norma culta da língua, e, por dominarem-na, não necessitam de que a variante não-padrão seja prestigiada. Ciente disso, o jornal constrói seu discurso de forma a encontrar eco na opinião deste receptor conservador.

Na segunda questão, vimos que os columnistas fazem coro ao discurso da instituição, enquadrando seus argumentos de diferentes formas, a fim de sustentar a posição inicial já demonstrada. Cada um aborda o tema por um prisma diverso, enquanto um afirma que a chegada de Luis Inácio Lula da Silva ao posto máximo de presidente da República pode ter influenciado o Ministério da Educação a tomar essa postura em favor dos “excluídos”, outro coloca a questão profissional em pauta, cita o mercado de trabalho como o lugar onde esse aluno, que não se vale da norma culta, não tem vez. As identidades sociais são transmutadas nas institucionais, onde a preservação dos valores da comunidade com a qual eles interagem em seus discursos é a linha mestra do movimento argumentativo.

Este último parágrafo ajuda a responder a pergunta terceira. Através desse discurso conservador, os textos consolidam a preferência pela produção da classe social mais privilegiada, em detrimento das mais populares. Aqui há total descaso com pesquisas de campo, as quais comprovam que essas variações em nossa língua oral são

fruto de um processo natural, o qual a língua portuguesa de Portugal também sofre⁷. O que existe é a ideologização da língua perfeita e a manutenção desta para fins de crescimento social.

Obviamente que, tendo em vista as conclusões deste trabalho, podemos sim falar em questões externas às lingüísticas. Há um discurso consideravelmente político na posição e na sustentação que esse meio de comunicação assumiu, principalmente no último artigo em análise. Como curiosidade apenas, podemos nos perguntar: por que não houve essa mesma resistência ao tema “variações lingüísticas em sala de aula” quando o ministro da Educação, Paulo Renato, em 1997, publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais? Será que à época não havia a necessidade de se impor esse mesmo ponto de vista? Ao que parece, a voz que emerge dos textos aqui analisados reúne também um posicionamento de oposição às políticas públicas adotadas pelo atual governo.

Chegando ao término do trabalho, esperamos que haja colaboração no sentido da forma como determinados meios de comunicação articulam seu discurso – oral ou escrito – misturando intenções e funções da linguagem, e como os enquadres assumidos afetam a maneira como todos os sujeitos da interação interpretam os fatos sociais noticiados dentro do jornal. Para fins de reflexão, citemos Evanildo Bechara, este tão exaltado pela mídia de direita – se pudermos assim chamar a aqui delimitada – mas também nem tão compreendido pela mesma, o qual sintetizou o objetivo tanto do estudioso quanto do usuário da língua: “Ser poliglota de sua própria língua.”

Referências Bibliográficas

AGUIAR, C., BAZZONI, C., GRINSPUM, D., MENDES, D., ONAGA, D., LOURENÇO, F. F. M., MEIRELLES, H., RAMOS, H., RODRIGUES, J. C., MANSUTTI, M. A., VALADÃO, M., CLETO, M., JAFFE, N., GIANANTI, R. Por uma vida melhor. Coleção Viver, Aprender. Editora Global. Vol. 2. São Paulo, 2009.

⁷ Mira, M^a. H. F. da G. (1954) Algumas contribuições para um estudo da fonética, morfologia, sintaxe e léxico da linguagem popular de Lisboa. Licenciatura em Filologia Românica. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

LABOV, W. Sociolinguistic Patterns. Philadelphia. University of Pennsylvania Press. 1975.

NARO, A. J. & SCHERRE, M. M. P. Origens do Português Brasileiro. São Paulo. Parábola. 2007.

SCHERRE, M. M. P. Doa-se lindos filhotes de *poodle*. São Paulo. Parábola. 2005.

SHI-XU. Opinion Discourse: Investigating the Paradoxical Nature of the Text and Talk of Opinions. School of Psychology and Communication. University of Ulster at Jordanstown. 2000, Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

SCHIFFRIN, D. Discourse markers. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

_____. The management of cooperative self during argument: the role of opinions and stories. In: GRIMSHAW (Ed.). Conflict talk: Sociolinguistic investigations of arguments in conversations. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 241-59.

_____. Approaches to discourse. Oxford/Cambridge: Blackwell Publishers, 1994. p. 386-405.

TANNEN, D. What's in a frame? Surface evidence for underlying expectations. In: FREEDLE, R. (Ed.). New directions in discourse processing. Norwood: Ablex, 1979. p. 137-144.

VIEIRA, S. R. & BRANDÃO, S. F. Ensino de Gramática. São Paulo. Editora Contexto. 2008.

VIEIRA, Amitza Torres. Movimentos Argumentativos em uma entrevista televisiva: uma abordagem discursivo-internacional. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2003.

VOTRE, S. & RONCARATI, C. Anthony Julius Naro e a Lingüística no Brasil. Rio de Janeiro. 7 Letras. 2008.

WALLAT, C. (1987). Enquadres interativos e esquemas de conhecimento em interação: exemplos de um exame/consulta médica. (Trad. Parmênio Camurça Citó). In: RIBEIRO; GARCEZ (Orgs.). Sociolingüística interacional. Porto Alegre: Age, 1998. p. 120-141.

Anexo 1

FATORES	FREQUÊNCIA	PESO RELATIVO
Classe não-nuclear na 1ª posição do SN	4.065/ 4.167 = 98%	0,87
Classe não-nuclear anteposta na 2ª posição do SN	305/ 317 = 96%	0,86
Classe nuclear na 1ª posição do SN	165/ 173 = 95%	0,70
Classe nuclear na 2ª posição do SN	2.864/ 5.320 = 54%	0,21
Classe nuclear nas demais posições do SN	333/ 573 = 62%	0,25
Classe não-nuclear posposta na 2ª posição do SN	95/ 139 = 68%	0,26
Classe não-nuclear posposta nas demais posições do SN	151/ 430 = 35%	0,13
Total	7.978/11.083 = 72%	

Tabela 2. Efeito da variável relação/posição/classe na presença de plural em elementos do SN no português brasileiro: dados de 48 falantes adultos do Rio de Janeiro [parte do *Corpus Censo* da década de 80, do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)]¹¹

Anexo 2

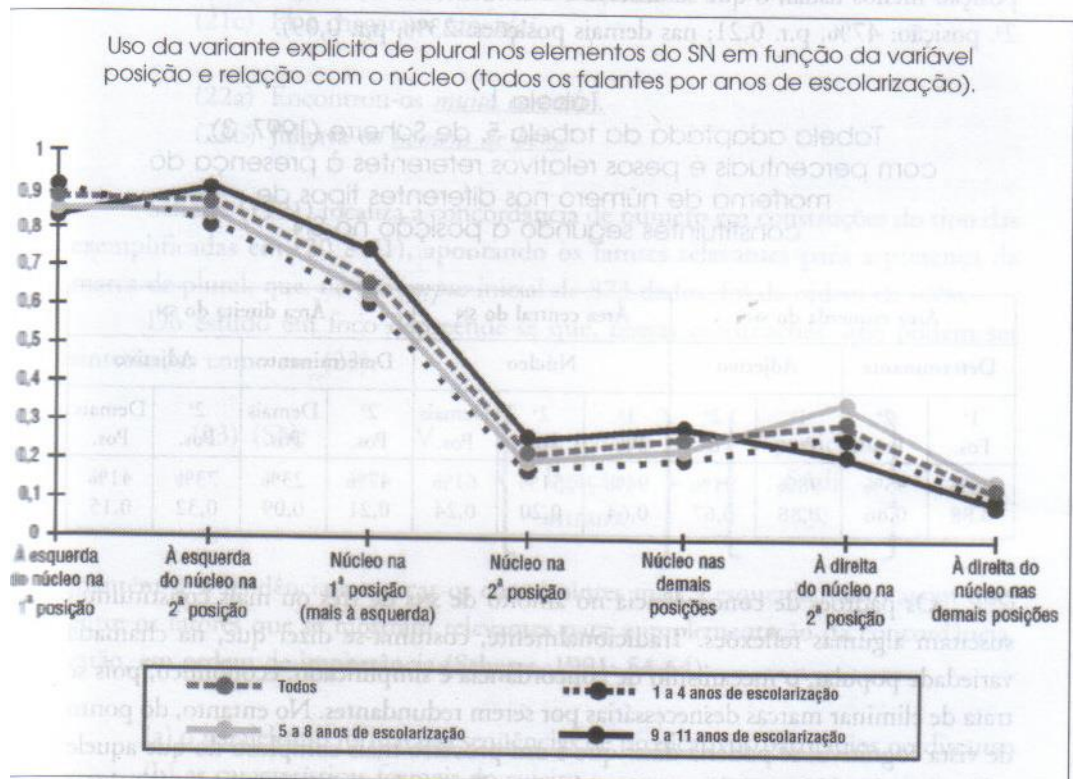
Tabela 1: Padrão de marcação do número no SN (comunidade de Helvécia – Ba)

Posição do constituinte	Nº de ocorrências	%	Peso relativo
Primeira posição antes do núcleo (<i>tem <u>muitos</u> ano...</i>)	1.154/1.196	96	.94
Segunda posição à esquerda do núcleo (<i>do <u>meus</u> irmão</i>)	25/37	68	.67
Núcleo em primeira posição (<i><u>mais</u> cereais miúdo</i>)	3/8	38	.62
Núcleo em segunda posição (<i>essas <u> festa</u> mesmo de aruanda</i>)	116/1.434	8	.15
Núcleo em terceira posição em diante (<i>Ai só esses <u>meus primo</u> ai</i>)	10/115	9	.12
Modificadores à direita (<i>umas coisa <u>velha</u></i>)	2/103	2	.00

Anexo 3

Gráfico 2

Elaborada por Scherre para retratar aspectos da concordância de número do SN com base em pesos relativos (1997: 4).



Anexo 4

Essa relação ocorre na norma culta. Muitas vezes, na norma popular, a concordância acontece de maneira diferente. Veja:

Os **livro** ilustrado mais interessante estão emprestado.

livro (masculino, singular) →

os (masculino, plural)
ilustrado (masculino, singular)
interessante (masculino, singular)
emprestado (masculino, singular)

Você acha que o autor dessa frase se refere a um livro ou a mais de um livro? Vejamos:

O fato de haver a palavra *os* (plural) indica que se trata de mais de um livro. Na variedade popular, basta que esse primeiro termo esteja no plural para indicar mais de um referente. Reescrevendo a frase no padrão da norma culta, teremos:

Os **livros** ilustrados mais interessantes estão emprestados.

Você pode estar se perguntando: “Mas eu posso falar ‘os livro?’”

Claro que pode. Mas fique atento porque, dependendo da situação, você corre o risco de ser vítima de **preconceito linguístico**. Muita gente

Anexo 5

Na variedade popular, contudo, é comum a concordância funcionar de outra forma. Há ocorrências como:

Nós pega o peixe.

nós → 1.^a pessoa, plural

pega → 3.^a pessoa, singular

Os menino pega o peixe.

menino → 3.^a pessoa, ideia de plural (por causa do “os”)

pega → 3.^a pessoa, singular

Nos dois exemplos, apesar de o verbo estar no singular, quem ouve a frase sabe que há mais de uma pessoa envolvida na ação de pegar o peixe. Mais uma vez, é importante que o falante de português domine as duas variedades e escolha a que julgar adequada à sua situação de fala.

Anexo 6



Anexo 7

Sábado, 14 de maio de 2011 O GLOBO O PAÍS • 9

MEC distribui livro que aceita erros de português

BRASÍLIA. O Programa Nacional do Livro Didático, do Ministério da Educação, distribuiu a cerca de 485 mil estudantes jovens e adultos uma publicação que faz uma defesa do uso da língua popular, ainda que com incorreções. Para os autores do livro, deve ser alterado o conceito de se falar certo ou errado para o que é adequado ou inadequado. Exemplo: "Posso falar 'os livro'?" Claro que pode, mas dependendo da situação, a pessoa pode ser vítima de preconceito linguístico" — diz um dos trechos da obra "Por uma vida melhor", da coleção "Viver, aprender".

Outras frases citadas e consideradas válidas são "nós pega o peixe" e "o menino pega o peixe". Uma das autoras do livro, Heloisa Ramos afirmou, em entrevista ao "Jornal Nacional", da Rede Globo, que não se aprende a língua portuguesa decorando regras ou procurando palavras corretas em dicionários.

— O ensino que a gente defende é um ensino bastante plural, com diferentes gêneros textuais, com diferentes práticas de comunicação para que a desenvoltura linguística aconteça — disse Heloisa Ramos.

Em nota encaminhada ao "Jornal Nacional", o Ministério da Educação informou que a norma culta da língua será sempre a exigida nas provas e avaliações, mas que o livro estimula a formação de cidadãos que usem a língua com flexibilidade. O propósito também, segundo o MEC, é discutir o mito de que há apenas uma forma de se falar corretamente. Ainda segundo o ministério, a escrita deve ser o espelho da fala. ■

Enem será em outubro e maio

BRASÍLIA. O Ministério da Educação (MEC) publica na semana que vem edital com as datas das duas próximas edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). As provas devem acontecer nos dias 22 e 23 de outubro deste ano; e em 5 e 6 de maio de 2012. A realização de um teste no primeiro semestre do ano que vem sinalizará a intenção do governo de promover duas rodadas anuais do Enem, a partir de 2012. O objetivo é facilitar a adesão dos estudantes, além de evitar os problemas de logística e segurança que ocorreram nos anos anteriores.

Com duas edições, os interessados poderão escolher a melhor data para fazer o Enem ou mesmo,



CITROËN C3 sonora Plus
R\$ 37.990
E NADA MAIS
GRÁTIS BANCOS

DEIXE UM CITROËN CONQUISTAR VOCÊ.

Anexo 8



8

O GLOBO

8

Sexta-feira, 20 de maio de 2010

SEGUNDO CADERNO

ARTHUR DAPIEVE

Discordância

A boa expressão oral também é necessária

Sou professor. Dou aulas de história da música e de jornalismo cultural, além de oficinas de crônicas, em centros de cursos livres. Dou aulas de técnicas de redação para jornalistas, no sétimo período de uma universidade particular. Nestas, obviamente, o bom português é condição indispensável à aprovação dos alunos. Erros custam pontos.

Porém, universitários prestes a se formar — bem como profissionais já formados, claro — cometem erros de português de vez em quando. Uma concordância aqui, uma crase lá. É normal, seja pela má formação de base seja pela pressa do fechamento, mas não significa que possa ser aceitável. O jornalista deve ter tolerância zero com erros.

Explico aos alunos que o erro de português, para não falar no de informação, tem um efeito metastático em jornal, revista ou internet. Fixado no papel ou na tela, o erro contamina o tecido gramaticalmente sadio que está em volta, levando o leitor à dúvida ("Se esse repórter não conhece o seu instrumento de trabalho..."), solapando até o mais bem construído dos argumentos, minando a preciosa credibilidade.

Não apenas isso, não apenas para futuros jornalistas. Além da boa expressão escrita, derivada de uma boa leitura, a expressão oral é fundamental para qualquer candidato a emprego: criar uma impressão positiva numa entrevista, por exemplo. Advogados, médicos ou engenheiros que não se expressam bem não passam confiança. Profissionais sem necessidade de diploma superior também são mais bem avaliados.

aplica aqui). Porque, ao considerar "adequado" que o cidadão menos instruído continue expressando mal, ainda que oralmente, não o estimula a estudar, a aprender, a aperfeiçoar. É como se o sucesso do ex-presidente Lula fosse a norma na sociedade, e a exceção. Ou seja, pode até soar progressivo proclamar que a abolição da concordância aberta a fala do povo dos grilhões da noroeste das elites, ou slogan parecido, mas a rigor ela imobiliza o sujeito em dois grupos: dos bem-falantes e o dos mal-falantes. E a decisão é sobre mobilidade.

Assim, sem querer, tal proposta está aberta para reacionária, porque admite que o profissional permaneça onde está, na semiletrada, e não ser cortado como consumidor — agora as classes C e D melhoraram um pouco de vida, graças ao *continuum* Itamar-Dilma — e não reconhecido como cidadão pleno, apto a informar e se expressar bem, seja na concordância seja na discordância, mas com conhecimento de causa.

Este, aliás, é um aspecto de uma questão ainda maior, que diz respeito não só a editores ou a comunicadores, não apenas governos, e sim a todos os brasileiros: lidar com o grande contingente de pessoas que a duras penas subiu na vida nos últimos 17 anos? Vamos ser paternalistas? Aceitar esse "subir na vida" seja apenas material e econômica, do país — só pode ser tentada por um ensino de melhor qualidade no qual se aprende a norma culta para, pois, se for o caso, adaptá-la, questioná-la, subvertê-la, atualizá-la? E por intermédio



485 mil exemplares de "Por uma vida melhor", levado ao extremo, esse relativismo gramatical equivaleria à autodissolução do magistério, à renúncia ao próprio ofício de ensinar

Anexo 9



Segunda-feira, 23 de maio de 2011

O GLOBO

SEGUNDO CADERNO

"Autoritarismo do Bem"

Jm cronista de segunda não é a pessoa mais indicada para fazer coro aos cultos e juntar sua pena na crítica ao livro do MEC que autoriza a garotada a usar a gramática de liço, de chapa, do jeito que a bola rolada por Camões se lhe ajustar melhor. Não se quer dizer, na língua.

O cronista é um sujeito que toma certas atitudes com as camareiras que cuidam do armário e depois, cotovelo no balcão, viçetando Mário Quintana, dizendo aos outros que outro dia uma palavra tirou a roupa, ficou nuinha pra ele. O cronista frita um com as virgulas, que vai cortando como ossem cebolas pelo caminho das orações. Quando algum revisor aparece pedindo mais jeito, menos anacoluto, ele aproveita o ilido MEC para escrever um bilhete se diando "ma-gua-do". Diz que foi por aí, levanta um violão, e chuta com estardalhaço o balde aço com as normas de redação.

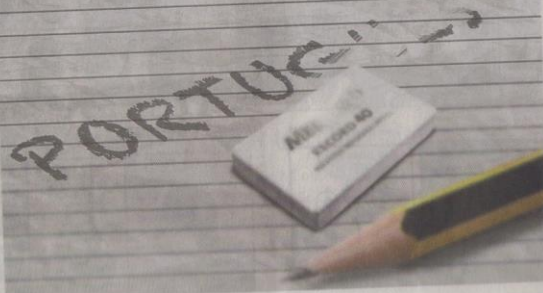
O cronista quer mais que o texto corra to como um papo de botequim, como um adona e vai segundo solto, pelo meio da sem, sem agregar valor ao pantão literário e ito menos tecer louvação de mérito se-ntico aos paralelepípedos sobrepostos pe-polissílabos proparoxítonos advindos do arivarí das mesclises.

O cronista gosta de fingir que não tem nromissos com o certo e o errado que sem a seriedade dos artigos nas outras pá-sas. Anda de bermudas pelo pátio dos ver-s, zoadando das concordâncias de cartola e o espertam pelas frestas das janelas, to-tes muito branqueadas e invejosas da liberdade que ele tem em se locupletar ao sol pagão em as carnes succulentas do verbo popular.

JOAQUIM FERREIRA DOS SANTOS

'Nós num pega os peixe'

Aqui não se falam essas coisas na frente das crianças



da linguagem padrão sobre o qual se constrói um país. Os bons mestres podem até sugerir como contraponto a audição do calptra italiano de Adoniram Barbosa, o sambista genial do "nós num se importa, Ernesto, mas você devia ter pnhado um recado na porta" — desde, é claro, que sublinhem o caráter humorístico dos versos e os liberem apenas aos que queiram soltar a voz na pândega de uma roda de samba.

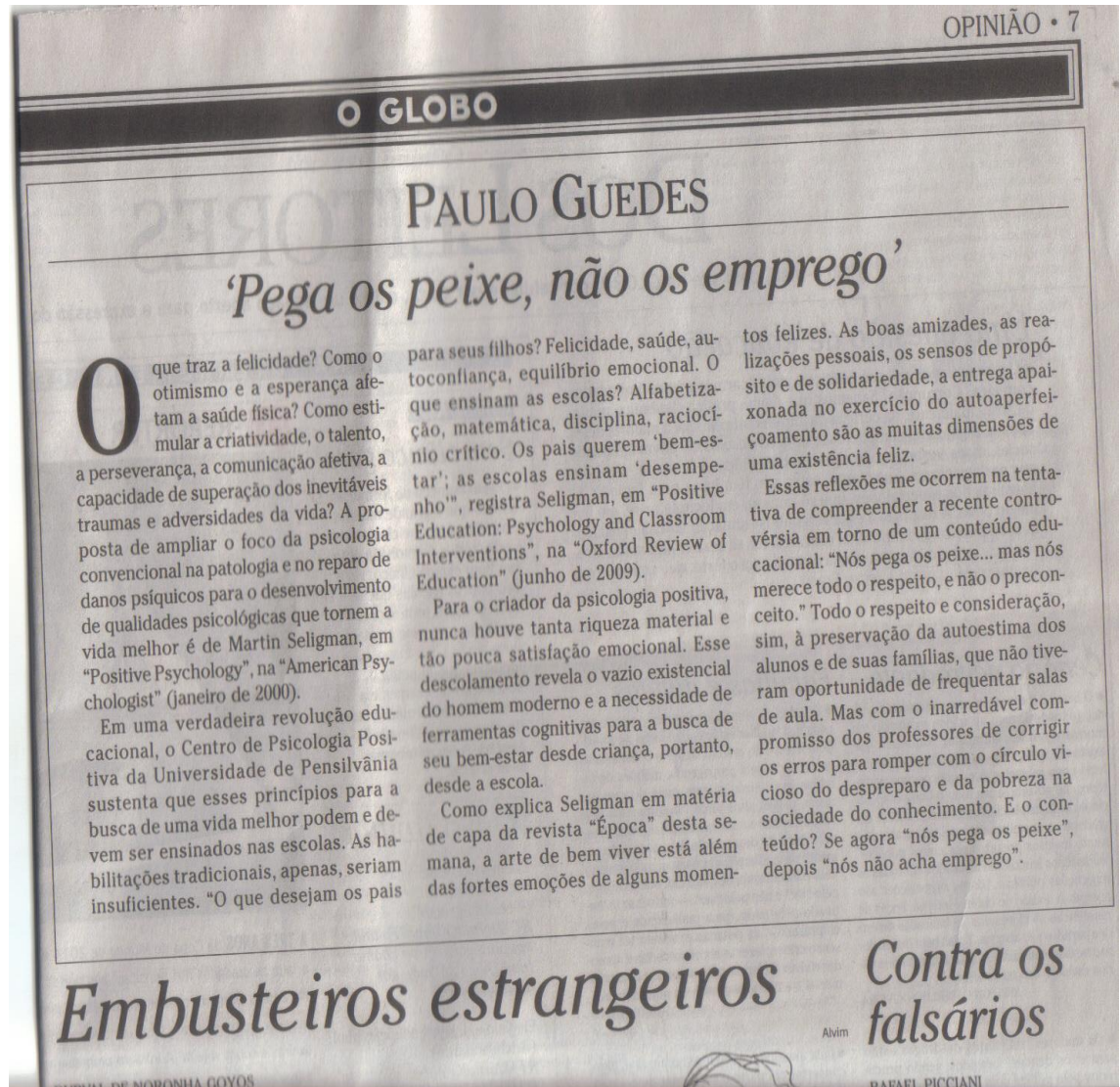
Um cronista de segunda, apenas um gato de pelo curto brincando com as sobras do prato de semântica enopada que lhe atiram os cultos, não é a melhor pessoa para pedir aos professores que tenham mais pudor na frente das crianças. Que acertem de se colocarem os verbos em ordem, com a concordância certa, na cabeça de seus alunos. Ensinar compulsoriamente "nós pega o peixe", como admite a nova cartilha lida na frente do quadro-negro, é mais pornográfico que os catecismos de Carlos Zéfiro que o cronista folheava, por livre e espontânea falta do que pensar, nos fundos da classe. Eu pediria mais pudor aos novos mestres.

Fernando Pessoa foi despedido de uma agência de publicidade ao fazer para a Coca-Cola o slogan "Primeiro estranha-se, depois estranha-se". Pode soar mal para um refrigerante, que precisa ser agradável desde o início, mas serve para o aprendizado da língua. Primeiro estranha-se, com a inevitável dificuldade que requer o rigor de uma boa educação. Depois estranha-se pela vida afóra o imenso prazer de, sabendo as regras do jogo, brincar com o texto.

Um cronista de segunda, gato vira-lata da vida literária, mete a língua onde não é chamado e passa o dia lambendo as palavras, as cultas e as das calçadas, na frente de todo mundo. Nem aí ao que vão pensar. Fato sem

...nha sendo conjugado com a concordância certa até que chegou essa tentativa do MEC de reescrever o apocalipse.
O bom professor sabe que primeiro você fi-
dura, mandar às favas os rigores das rimas e dizer que estava farto do lirismo-funcionário público. Cansado das métricas, dos sentimentos sob controle. Bandeira vestiu a camiseta do

Anexo 10



Anexo 11



6

TEMA EM DISCUSSÃO: Livro didático

NOSSA OPINIÃO

Desatino nas escolas

Os dicionários definem o termo "didática" como a técnica de ensinar, meio para dirigir e orientar o aprendizado. Os livros didáticos, por extensão, se constituem no instrumento pelo qual o ensino do uso correto da língua é ministrado nas escolas. Ao permitir na rede pública — base da formação educacional da grande maioria dos estudantes do país — a adoção de um livro que permite erros de português como parte do processo de aprendizagem, o MEC dá abrigo a uma perigosa contradição. Em nome de uma ideologia de proteção a "excluídos da sociedade", o governo avaliza um projeto que, na prática, inviabiliza a inclusão. Coonestar erros de gramática, sob o falso princípio de que se deve derrubar preconceitos linguísticos, agrava o marginalismo cultural a que o desconhecimento da língua condena aqueles que, por enfrentar condições sociais adversas, têm poucas chances de adquirir conhecimentos que lhes permitam mudar sua realidade.

O argumento da autora do livro "Por uma vida melhor", Heloísa Ramos, de que em vez de "certo" e "errado" na avaliação do aprendizado da língua deve-se usar a ideia de "adequado" ou "inadequado", transfere a discussão para o plano da linguística, quando o que de fato interessa é a questão da didática do ensino, a maneira como as crianças serão alfabetizadas e os instrumentos de instrução que lhes serão fornecidos para aprenderem a escrever corretamente.

Trata-se de questão muito mais séria do que é capaz de alcançar a ideologia de almanaque que justifica tais agressões à língua, à inteligência do país e, não menos importante, à formação dos próprios jovens alunos. A defesa de erros primários de concordância verbal e de princípios da gramática, por si só, é inconcebível em qualquer nação que zele por

sua língua. E se torna ainda mais indefensável num país como o Brasil, onde o precário nível de ensino, particularmente nas escolas públicas, é responsável por vergonhosos indicadores educacionais. Pode-se imaginar a confusão na cabeça do jovem aluno que, despendendo esforços para aprender as regras da sua língua, seja confrontado com um livro — logo, instrumento supostamente confiável — em que se tem como corretas frases do tipo "nós pega o peixe" ou "dois real".

Por outros exemplos de semelhantes ataques a padrões de comportamento, tem-se por óbvio que a questão do livro de Heloísa Ramos não é episódio isolado no país. Faz

Não é episódio isolado, mas parte do projeto do "politicamente correto"

parte de um contexto mais amplo, que se move pelo princípio do "politicamente correto". É a mesma cartilha que, no plano do ensino, instrui adeptos do racismo a condenar, como racista, a obra de Monteiro Lobato (e, como decorrência, a praticar boçalidades como a manifestação, no Rio, contra um bloco de carnaval, e iniquidades como a edição, pelo MEC, de uma bula que oriente os professores como "ensinar" a obra do escritor nas escolas).

Em última análise, permitir a circulação de tal livro é uma agressão não só ao bom senso, mas ao direito do aluno de receber ensino de boa qualidade. Ao aceitar tal desatino, em nome de um ideário de suposta defesa dos excluídos, o MEC boicota o esforço de melhorar os indicadores da Educação no país. Em vez de ajudar a abrir fronteiras da cultura a uma considerável parcela de brasileiros, para os quais o acesso à instrução é tábuas de salvação contra adversidades sociais, o ministério apenas os estimula a cultivar erros — que no futuro, na luta pela inclusão social (seja no mercado de trabalho, ou em instituições de ensino que lhes cobrarão conhecimento da língua), lhes custarão caro.